

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tacta Lopes Costa
 José M. Hornem de Montes
 Oliveros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
 Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
 Editor Chefe
 Celso Kirió

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
 Diretor Comercial
 Orlando Marques
 Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

A cooperação necessária

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, nega que, como chegou a ser noticiado, esteja "desencantada" ou "amargurada" com a inflação. Na verdade, acusados seguidamente pelo governo — "sabotadores" do plano econômico, "gananciosos" que só se preocupam em manter margens de lucros exorbitantes, "impatriotas", "retrogrados" e "ineficientes" —, desencantados e amargurados estão os empresários com os quais a equipe econômica, em boa hora, ainda que com muito atraso, decidiu dialogar.

Foram justamente os empresários e suas empresas, junto com os trabalhadores e as donas de casa, que pagaram o preço mais alto para que o governo pudesse disparar aquele que deveria ser o único, porém certo, tiro contra a inflação.

Apesar de todo o sacrifício imposto aos brasileiros desde então, o governo errou o alvo e a inflação continua mais forte do que nunca desde que Collor lançou o seu plano.

O governo confessa-se desconcertado com a onda de aumentos. Alguns produtos de alimentação, higiene e limpeza subiram mais de 25% em 20 dias. Neste mês, o frango e o óleo de soja subiram cerca de 30%. A discussão de preços entre o comércio e a indústria, que poderia produzir resultados que freassem o ímpeto inflacionário, foi abandonada: o varejo, como constatou o Ministério da Economia, decidiu repassar todos os reajustes ao consumidor. Não surpreende, nesse quadro, que já se projete uma inflação de 25% para fevereiro, contra os cerca de 19% esperados para este mês, uma aceleração que, como disse o especialista em índices de preços Gil Pace, não se vê há muitos anos.

E a guerra do Golfo não pode ser responsabilizada por isso. Os especialistas atribuem a aceleração aos erros do próprio governo. Ao anunciar o aprofundamento da recessão no início deste ano, o governo induziu o comércio a cortar suas enco-

mendas à indústria, que teve de arcar com o custo de manutenção de altos estoques. Quando as vendas reagiram no final do ano passado, o comércio teve de pagar à indústria os preços que esta pediu.

Agora a equipe da ministra Zélia aproxima-se do empresariado, acenando com a possibilidade de flexibilizar a política econômica de modo a estimular a produção. Até mesmo com relação às taxas de juros, altas demais como resultado da rigidez da política monetária, o governo admite mudanças, que devem vir no início de fevereiro. Seria o primeiro passo para que as empresas retomassem seus programas de investimentos. O objetivo comum de empresários e governo é elevar a produção e, para isso, além da redução dos juros, estudam-se medidas como a diminuição de impostos e a criação de estímulos às exportações. A equipe econômica descobriu que para melhorar a competitividade do setor produtivo brasileiro não é preciso fustigá-lo. É preciso, isto sim, estimulá-lo a investir e a buscar mais produtividade.

Essa nova postura se revela num momento em que a indústria paulista confirma que o desemprego atinge o maior nível dos últimos dez anos. Nas duas primeiras semanas do ano, 33.798 trabalhadores foram demitidos.

É louvável, por isso, que a equipe econômica abandone a linguagem belicosa e busque o diálogo. O Estado brasileiro sempre interveio de maneira parasitária na economia, sugando a seiva da iniciativa privada e deixando-a à míngua. Há muito deveria ter mudado seu comportamento, mirando-se em exemplos como o do Japão e o da Coreia do Sul, países em que o desenvolvimento foi a resultante da estreita cooperação entre as empresas particulares e o Estado. Nesta etapa de dificuldades pelas quais passa o Plano Collor, a cooperação pode ainda marcar o início da recuperação da credibilidade indispensável para o êxito de qualquer plano de estabilização.